



EIXO 9 - A CIDADE, LUGAR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PARAÍSO DOS CASTRO: Um exemplar de arquitetura tradicional piauiense

MARQUES, TIAGO (1)

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Centro de Tecnologia
Departamento de Construção Civil e Arquitetura.
Av. Universitária, 1310, Campus da Ininga, Teresina (PI), CEP: 64049-550

RESUMO

Este artigo trata do processo e técnicas construtivas da arquitetura tradicional piauiense utilizando a residência Paraíso dos Castro como exemplo, construída no ano de 1921. Será abordada ainda a importância que a construção teve para a história da cidade de Pedro II e que apesar disso, não possui algum tipo de acautelamento que garanta sua integridade física e preservação. Localizada na cidade de Pedro II, cerca de 200km à norte de Teresina, capital do estado do Piauí, o imóvel é um exemplar de técnica construtiva mista, sendo inicialmente construída em palha e taipa de mão. As alvenarias em tijolos de barro cozido e pedra foram erguidas no final da década de 1920 e guardam traços de arquitetura tradicional por meio de diversos elementos e diretrizes arquitetônicas. Para a época e as tecnologias disponíveis até então, o exemplar é considerado excepcional devido às técnicas de conforto térmico e construtivas utilizadas. Um segundo fator que destaca a relevância deste imóvel para Pedro II é a sua variabilidade de usos ao longo do tempo. Em Pedro II é encontrada a opala, pedra semi preciosa cujas reservas são reconhecidas mundialmente pela qualidade nobre, juntamente com as reservas da Austrália. A história da descoberta de jazidas de opala se confunde com a história do exemplar que teve grande importância no processo de consolidação do potencial mineralógico da cidade. A metodologia adotada neste trabalho foi realizada através de pesquisas sob diversas óticas devido à ausência de dados e registros oficiais sobre o imóvel. Inicialmente, foram realizados levantamentos métricos e fotográficos no exemplar em concomitância com conversas informais com pessoas que residiram e/ou utilizaram o imóvel ao longo do tempo e com a população que reside no entorno do lote, em especial as de idade mais avançada. Por conseguinte, foram realizadas pesquisas no arquivo público, com historiadores da cidade e pesquisas bibliográficas que fizessem quaisquer menções aos proprietários e que auxiliassem na compreensão da história do imóvel em artigos, documentos e decretos legislativos. Por meio da análise dos materiais coletados foi possível esclarecer a evolução construtiva do exemplar, os usos ao longo do tempo, bem como os fatores que resultaram no seu estado físico atual. Com isso, este artigo visa realizar um estudo histórico e tipológico da residência como forma de elucidar sua importância para a cidade de Pedro II por meio da pesquisa e da documentação, bem como elencar os fatores que resultaram na atual conformação da construção, destacando características típicas das construções tradicionais piauienses. Através desta pesquisa busca-se apresentar a riqueza da arquitetura produzida no Nordeste do país, em especial nas cidades interioranas, de forma a democratizar o conceito de patrimônio e consequentemente relacionar as técnicas construtivas implementadas com a identidade da população, contribuindo para a continuidade da memória da população de Pedro II e do Piauí.

Palavras-chave: Pedro II-PI, Arquitetura Tradicional, Patrimônio, Documentação.

Introdução

Fundada no ano de 1854, a cidade de Pedro II, estado do Piauí, é um dos típicos exemplares de cidades do interior do nordeste brasileiro, cujas características principais estão evidenciadas na sua configuração urbana, na morfologia organizacional das instituições e nos elementos/diretrizes arquitetônicas implementadas, que podem ser caracterizadas como exemplares de arquitetura tradicional brasileira (LIMA, 2009).

A arquitetura desenvolvida guarda traços tradicionais, mesmo sendo edificada posteriormente ao período Brasil colônia, recebe o título de Arquitetura de Feições Tradicionais. Tal característica é reflexo de uma população com poucos recursos, o que impossibilitava o emprego de tecnologias construtivas, e que ficou isolada dos maiores centros urbanos da região por dificuldade de acesso e transporte, destacando o uso de materiais locais (REIS FILHO, 2010).

Essa arquitetura de feições tradicionais é evidente não só em regiões interioranas do Nordeste, mas como em grande parte do Brasil colonial. A carência de equipamentos, técnicas construtivas avançadas, além da dificuldade de mão-de-obra, eram fatos que dificultavam a criação de maiores detalhamentos, e resultou em uma arquitetura mais regionalista e simples, com ênfase na utilização de materiais locais (SILVA FILHO, 2007).

Em meados do século XIX a estrutura da Villa de Pedro Segundo consistia na área destinada a praça principal, atual praça Domingos Mourão. Nela estavam localizadas além da igreja de Nossa Senhora da Conceição em uma de suas extremidades, as primeiras edificações residenciais a sua volta. Tais edificações trazem uma arquitetura sem grande rigor técnico ou emprego de técnicas sofisticadas, mas que, ainda com limitações, guardam semelhanças com a arquitetura portuguesa, semelhanças percebidas principalmente na ordenação dos vãos o que rechaça qualquer tentativa de atribuir a essa produção como fruto de improvisação (BRITO, 2014).

Apesar da ausência de rigor técnico, estes exemplares localizados nos principais logradouros da cidade possuem diversas influências arquitetônicas, notados pelos ornamentos aplicados e diretrizes construtivas implementadas. Nestas principais áreas é possível notar a presença de edificações de influência tradicional – já mencionado, como também eclético e art-déco, ainda que este em menor escala. Nesse acervo arquitetônico, de grande riqueza para a história da cidade e do estado do Piauí, vale destacar o exemplar conhecido pela população pedrossegundense como Paraíso dos Castro.

Datada da década de 1920, o exemplar foi ator do processo de crescimento econômico impulsionado pela exploração da Opala, semi joia encontrada em seu estado nobre apenas na localidade e na Austrália. Outro fator que o destaca foi sua variabilidade de usos ao longo do tempo, que tornou a construção conhecida pela população da cidade e que apesar disso, não possui qualquer tipo de proteção a nível municipal e/ou estadual. Ainda que há interesse em tombiar o conjunto arquitetônico da cidade, o exemplar está localizado apenas no perímetro de entorno do conjunto arquitetônico principal em que há interesse em preservação (Figura 01), cujo levantamento foi iniciado no ano de 2008 pelo IPHAN-PI e até então encontra-se paralisado.

Figura 01: Conjunto Histórico e Paisagístico de Pedro II – Área de Interesse em preservação



Fonte: IPHAN, 2008, adaptado por Tiago Marques, 2021.

Distante cerca de 200km da capital piauiense e com população aproximada de 40.000 habitantes (IBGE, 2019), a construção conhecida como Paraíso dos Castro, na cidade de Pedro II, é o objeto de estudo desse trabalho, que visa realizar um estudo histórico e tipológico da residência como forma de elucidar sua importância para a cidade de Pedro II por meio da pesquisa e da documentação. O logradouro é de grande relevância para a história da cidade, tendo em vista seus usos e as diretrizes arquitetônicas implementadas.

Metodologia

A metodologia de pesquisa implementada neste trabalho levou em consideração algumas especificidades. A pesquisa realizada foi fruto da realização de um trabalho acadêmico previsto no programa da disciplina de Técnicas Restrospectivas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí. A proposta da disciplina seria a elaboração de um projeto arquitetônico de um museu cujo programa de necessidades foi pré-estabelecido seguindo diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus e que deveria ser realizado um projeto de resrauro de uma edificação de interesse histórico em concomitância coma prporsição de estruturas em anexo, como forma de cumprir o programa proposto.

Inicialmente foram realizados levantamentos presenciais no lote em abril de 2019, com levantamento métrico e fotográfico da edificação para a então realização do projeto. Dentro do levantamento foi realizado ainda levantamento de danos da estrutura, medições de triangulação levando em conta a irregularidade de medidas das paredes do exemplar.

Por conseguinte, o histórico da edificação foi levantado. A realização desta etapa contou com um obstáculo inicial da falta de documentos e dados oficiais a respeito da construção. Partindo disso, a pesquisa histórica e tipológica foi realizada por meio de diversas óticas a fim de levantar dados a respeito da construção.

Para tal, foram realizadas conversas informais com a população que reside no entorno do lote, em especial às de idade mais avançada que presenciaram a evolução do exemplar ao longo do tempo, como forma de levantar dados que pudessem nortear a pesquisa bibliográfica e iconográfica.

Após esta etapa foram realizadas pesquisas em documentos e livros que pudessem apresentar quaisquer menções à residência e à pessoas que utilizaram o imóvel ao longo do tempo. Esta parte também incluiu pesquisas no Arquivo Público estadual e pesquisa em acervo de historiadores locais. Através de todas estas etapas foi possível levantar, ainda que sem documentos oficiais, todo o histórico e a evolução da residência desde que construída aos dias atuais.

Caracterização

Para a apresentação de dados preliminares e basilares acerca do exemplar foi elaborada uma ficha de caracterização com todos os elementos que a edificação apresenta e ainda aspectos construtivos (Tabela 01).

Tabela 01: Ficha de Caracterização do imóvel

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO		
LOCALIZAÇÃO	Travessa João Mendes, 144, Centro, Pedro II, Piauí	 <p>FONTE: GOOGLE EARTH, 2020.</p>
DISPOSIÇÃO NO LOTE	Isolado	
NÚMERO DE PAVIMENTOS	01 (um)	
USO ATUAL	Residencial	
ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO	Década de 1920	
TIPO DE OCUPAÇÃO	Permanente (caseiro)	
ESTRUTURA	Pilares e paredes estruturais	
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		
ESTRUTURA	Mista (alvenaria e taipa de pilão)	 <p>FONTE: TIAGO MARQUES, 2019.</p>
REVESTIMENTO PAREDES	Reboco e pintura com cal	
VÃOS	Madeira sem forro	
GRADEAMENTO NAS ESQUADRIAS	Inexistente	
COBERTURA	Madeira e telhas cerâmicas	 <p>FONTE: TIAGO MARQUES, 2019.</p>
ELEM. DECORATIVOS	Inexistentes	
ILUMINAÇÃO	Mista (natural e artificial)	
BEIRAL	Simples, sem cimalha	
REVESTIMENTO DAS ESQUADRIAS	Pintura na cor azul	
MURO	Alvenaria de pedra	

Fonte: Tiago Marques, 2019.

Histórico

O exemplar em estudo é datado da década de 1920 e segundo relatos em conversas informais com a população, o imóvel foi construído para ser a residência de Lauro Cordeiro Brandão, na época intendente (prefeito) municipal. Inicialmente a edificação era uma construção em taipa de mão e palha, tendo as alvenarias erguidas anos depois. Vale destacar ainda que assim que construída, o entorno não era loteado bem como não possuía arruamento delimitando os lotes e a malha urbana da região, tornando a construção isolada nas proximidades do Centro da cidade.

Durante a pesquisa a informação inicial obtida era de que ela foi construída para a família de Lauro quando assumiu o comando da cidade, porém careciam informações acerca do período em que Lauro foi intendente de Pedro II. Durante pesquisas bibliográficas foi constatado que Lauro foi prefeito até o ano de 1926, quando a Coluna Prestes avançava em território piauiense.

“Em Pedro II, depois de passar por Alto Longa, Campo Maior, em parte do Município de Piri-piri, um estudioso contou, por meio de uma carta, como foi a estada dos revolucionários por aquele município: "A passagem da Coluna Prestes pela cidade de Pedro II ocorreu em 10 de janeiro de 1926 quando era intendente do município o Cel. Lauro Cordeiro Brandão. Durante muitos anos esse episódio ficou conhecido como a Passagem dos Revoltosos. Não se fazia nenhuma menção à Coluna. Parece que as pessoas não sabiam quem era Prestes mesmo depois de tanto tempo. Os mais velhos da cidade referem-se ao episódio nestes termos: Passagem dos Revoltosos. A Coluna teria vindo desde Teresina, adentrou a cidade de Pedro II pelo Oeste, aí não se demorando mais do que 24 horas, rumando em seguida para o Estado do Ceará (que fica a Leste da cidade), fronteira com o município piauiense” (CASTRO, 2008, p.201).

Com o processo de expansão da malha urbana da cidade resultante da construção da residência do então prefeito no local, os lotes foram delimitados e ruas foram construídas no entorno, resultado na construção de um muro de pedra que delimita o lote, ainda hoje existente. Quanto à materialidade, o muro é inteiramente em pedra e o assentamento entre as juntas em barro.

Ao longo do tempo o muro passou por modificações, algumas delas acabaram alterando seu aspecto original com a aberturas de esquadrias e lacunas, conforme será apresentado posteriormente.

Ainda residindo no imóvel, Lauro Cordeiro descobre a existência de minas de Opala em território pedrossegundense e recebe autorização da Câmara dos Deputados, até então

localizada no Rio de Janeiro, antiga Capital Federal, e passou a pesquisar no município através do decreto nº17.606, de 17 de Janeiro de 1945 (BRASIL, 1945).

Decreto nº 17.606, de 17 de Janeiro de 1945

Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Cordeiro Brandão a pesquisar opala no município de Pedro II, do Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas),

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o cidadão brasileiro Lauro Cordeiro Brandão a pesquisar opala numa área de vinte e quatro hectares (24 ha), situada no lugar denominado Roca, distrito e município de Pedro II, no Estado do Piauí e delimitada por um retângulo tendo um vértice a quarenta e sete metros (47m), rumo trinta e seis graus sudoeste (36ºSW) magnético da extremidade oeste (W) da fachada sul (S) da casa de Domingos Alves Ferreira e os lados que partem desse vértice com oitocentos metros (800m) rumo vinte graus sudeste (20ºSE) magnético, trezentos metros (300m) rumo setenta graus nordeste (70ºNE) magnético.

Art. 2º Esta autorização é outorgada nos termos estabelecidos no Código de Minas.

Art. 3º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1945, 124 da Independência e 57 da República.

GETÚLIO VARGAS
Apolonio Salles

Segundo relatos da população e pesquisas informais, foi constatado que no ano de 1952 Lauro Cordeiro vende a residência e o imóvel permanece sem uso por alguns anos. O imóvel é comprado por Lívio Castro, filho de uma família influente na cidade.

Em 1977, por meio do decreto nº 79.618, de 29 de abril de 1977/PE, o imóvel torna-se sede da EMIBRA (Empresa de Minérios do Brasil Norte-Nordeste), lavrando opala no município. Através deste decreto, o imóvel passou a ser a sede administrativa da empresa, que na época era a única a realizar a exploração de minas de opala no município (BRASIL, 1977).

Decreto nº 79618 de 29/04/1977 / PE - Poder Executivo Federal
(D.O.U. 02/05/1977)

CONCEDE A EMIBRA - EMPRESA DE MINERIOS BRASIL NORTE - NORDESTE LTDA., O DIREITO DE LAVRAR OPALA NO MUNICIPIO DE PEDRO II, ESTADO DO PIAUI.

DECRETO Nº 79.618, DE 28 DE ABRIL DE 1977.

Concede à EMIBRA- Empresa de Minérios Brasil Norte- Nordeste Ltda., o direito de lavrar opala no Município de Pedro II, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967,

DECRETA:

Art 1º - Fica outorgada à EMIBRA- Empresa de Minérios Brasil Norte- Nordeste Ltda., concessão para lavrar opala em terrenos de sua propriedade e de João José de Souza, nos lugares denominados Cajazeiras e Cantinho, Distrito e Município de Pedro II, Estado do Piauí [...]

Art 2º - As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para fins de lavra, na forma do artigo 59 do Código de Mineração.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (DNPM nº 808.178-72).

Brasília, 28 de abril de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Shigeaki Ueki

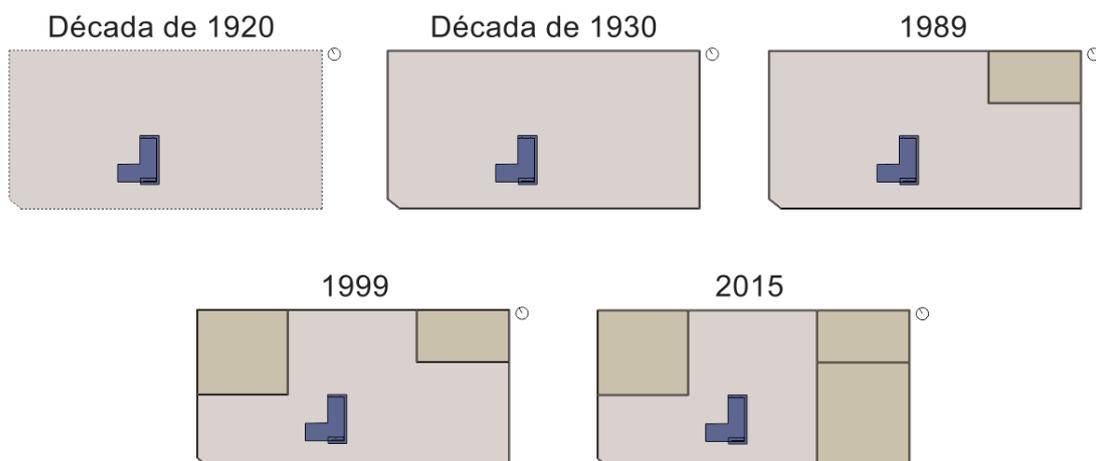
Ainda segundo relatos da população, a década de 1980 é marcada por uma considerável variabilidade de usos no exemplar. No ano de 1981, após a morte de um dos acionistas da empresa, a EMIBRA é fechada e o imóvel fica novamente sem uso, até o ano seguinte quando a construção passa a abrigar uma escola de ensino infantil até o ano de 1985.

A escola foi fechada por pedidos da família Castro que desejava voltar a utilizar as dependências. No ano de 1986, com o processo de redemocratização do país e a criação de novas siglas partidárias, a família Castro viu a eleição municipal alternativa para assumir o controle da cidade. José de Castro, neto do proprietário Lívio Castro, torna-se candidato à prefeito de Pedro II e usa a residência como sede de seu partido e como ponto de base para sua campanha eleitoral, desde então a residência é conhecida como Paraíso dos Castro.

Após vencer a eleição e assumir a prefeitura da cidade, José de Castro desocupa o imóvel, e em 1989 uma parte do terreno é arrendada como forma de evitar a ocupação irregular do lote e garantir a presença de caseiros nas proximidades. Para isso, uma porção do lote foi segmentada para a construção de casas. No ano de 1999 o lote passa por uma nova alteração com a compra de parte do lote para a construção de uma residência. Segundo relatos, desde esta época, a residência já era pouco utilizada pela família e era ocupada por caseiros de confiança da família.

Em 2015 o lote passa por uma nova redução, desta vez para o aluguel de uma porção do lote para a abertura de um posto de lavagem de carros, alterando profundamente características originais do lote (Figura 02).

Figura 02: Conformações do lote ao longo do tempo, edificação em azul, alterações em bege escuro.



Fonte: Tiago Marques, 2021.

Atualmente a residência é ocupada apenas por um caseiro que utiliza a extensa área externa do lote como milharal.

Características morfológicas e construtivas

O exemplar, cuja área construída totaliza 170 metros quadrados em um lote de 4.145 metros quadrados, apresenta apenas um pavimento com cerca de 5 metros de altura na porção mais alta da cobertura e possui algumas particularidades. Sua planta (Figura 03), repete o esquema tradicional dos casarões antigos brasileiros com portas conectando os ambientes, paredes de grande espessura (variando entre 32 e 43cm de espessura), bem como a área de cozinha construída em anexo com o gabarito levemente inferior ao restante da residência. Além disso, apresenta corpo principal com planta retangular, coberta por telhado de duas águas, e a área em anexo com planta também retangular com telhado em três águas.

Mesmo com suas modificações e alterações morfológicas ao longo do tempo, a edificação apresenta traços e características marcantes que o enquadram como um exemplar de Arquitetura Tradicional Brasileira, com o uso de técnicas simples de construção. Apesar de consideradas simples, a escassez de materiais na região e a ausência de tecnologias que possibilitassem construções com mais ornamentos e elementos esturantes, o exemplar possui técnicas complexas.

O imóvel ainda guarda as esquadrias em madeira maciça, pintadas em azul claro com paredes chanfradas para evitar a entrada de umidade e piso em tijolos maciços de barro; ambos

originais da construção inicial. As paredes, caiadas, encontram-se bastante deterioradas devido a agentes diversos, mas principalmente à pouca manutenção e ação das intempéries.

Figura 03: Planta baixa esquemática.



Fonte: Tiago Marques, 2021.

A cobertura é por meio de madeiramento em troncos de madeira serrada, que encontram-se deteriorados e com colônias de cupins em sua estrutura. Segundo relatos do caseiro que atualmente reside no imóvel, originalmente, o madeiramento utilizava troncos maciços de carnaúba impermeabilizados com óleo queimado, porém, foram substituídos por estarem deteriorados e com a estrutura comprometida. A vedação ainda mantém as telhas originais. No volume mais longitudinal, onde estão as áreas de estar e dormitório, telhas francesas realizam a cobertura do espaço. Na área da cozinha, despensa, banheiro e sala de jantar, são utilizadas telhas do tipo capa canal.

O acesso à porção interior é possibilitada através de 08 (oito) acessos. Sendo quatro localizados na porção longitudinal e três na área de cozinha. Durante o levantamento foi possível constatar algumas alterações no aspecto original do exemplar por meio da construção de novos acessos meio utilizado para adaptar o uso da construção ao longo do

tempo. Foram construídas aberturas na cozinha, com um portão de ferro, que há anos atrás a área onde atualmente era a cozinha funcionava como garagem.

Vale destacar ainda o acesso para a sala de estar voltado para a fachada lateral esquerda. Nessa fachada há uma pequena varanda com arcos permeando o ambiente e possibilitando a entrada de luz natural à sala. Porém, durante o levantamento o acesso foi impossibilitado por dificuldade de acesso. Ainda houve dificuldade de acesso à um ambiente na porção superior do lote que comunica-se com a sala de estar. Devido o elevado estado de arruinamento da estrutura, as portas de acesso estavam emperradas e funcionavam como escoramento para a alvenaria da parte superior que sustenta a cobertura (Figura 04).

Figura 04: Imagens da parte externa do lote com
(a) fachada lateral esquerda com varanda arqueada;
(b) acesso para a parte posterior do lote pela cozinha;
(c) parte posterior do lote com esquadrias da cozinha;
e (d) fachada lateral direita com porção com interferência construtiva.



Fonte: Tiago Marques, 2019.

Aspecto atual da construção

Apesar da imensurável relevância da construção para a história da cidade, atualmente o exemplar não possui algum tipo de acatamento por parte dos proprietários e de instituições e secretarias municipais e estaduais de proteção do patrimônio edificado que garantam sua integridade física. Devido a ausência de manutenção periódica, o exemplar está com a estrutura bastante deteriorada, com porções em arruinamento ou já arruinadas, a exemplo do cômodo sem acesso ao lado da sala de estar, como mencionado anteriormente.

Durante o levantamento realizado na construção, para a realização do trabalho acadêmico da disciplina de Técnicas Retrospectivas, foram encontrados cerca de 17 tipos de danos na estrutura que vão de alteração cromática, interferência construtiva, sujidades, umidade, trincas, fissuras, rachaduras, degradação, bolor, ataque de insetos na estrutura, descascamento da pintura, descolamento do reboco, perda de material e problemas estruturais graves.

Em conversas informais com o caseiro que reside na construção, o mesmo não sente segurança em residir no imóvel e mencionou que não há quaisquer tipos de manutenção por parte dos proprietários, atualmente de posse dos herdeiros da família, cujo alguns familiares residem em Pedro II. A ocupação e o interesse em preservação da construção parte da própria população do entorno que tem ciência da importância da construção para a história da cidade e realizam manutenções periódicas no extenso muro em pedra que delimita o lote e no passeio externo do lote.

Na cidade de Pedro II, desde o ano de 2018, foi implementado o projeto Jardim Urbano, cujo objetivo baseia-se no plantio de espécies vegetais em lotes e vazios urbanos que são utilizados para descarte irregular de lixo (MARQUES,2020). No caso do lote da edificação em estudo, devido o extenso leito carroçável e a ausência de pavimentação no passeio do lote, o mesmo é utilizado como área de plantio de espécies vegetais, cuja manutenção é realizada diariamente pela população.

A ausência de secretarias municipais que garantam a proteção de exemplares como este em estudo ainda agravam a situação e põem em risco a integridade física e a preservação desses bens, que segundo estudos realizados na cidade, cerca de 08 imóveis de interesse histórico foram demolidos nos últimos 05 anos para dar lugar à construções contemporâneas. Existem ainda casos na cidade de falso histórico, ainda mais acentuado nas proximidades do marco zero da cidade, com construções recentes que tentam assemelhar às construções de fato histórica.

Conclusões

A residência Paraíso dos Castro, datada de meados da década de 1920, foi testemunha de grandes acontecimentos na cidade e guarda uma riqueza histórica de grande valor para a cidade de Pedro II, sendo reponsável por impulsionar o potencial de exploração de opala na região, tornando a cidade reconhecida nacionalmente e impulsionando a economia e consequentemente o crescimento econômico /urbano da cidade.

Mesmo com sua grande relevância, sua integridade está em risco devido a sérios problemas estruturais resultantes da ausência de manutenção periódica por parte dos proprietários. Hoje, a estrutura, com porções de problemas estruturais graves, têm sua proteção, ainda que mínima vinda da população que reside no entorno do lote que reconhece o valor da construção para a história de Pedro II.

Esse processo mostra a importância da população como um agente de proteção e de preservação da memória, ainda que sem conhecimento técnico, têm interesse em garantir a conservação da edificação para as gerações futuras. Exemplar esse, que apesar de possuir técnicas construtivas consideradas simples e de pouca ornamentação, é de grande riqueza para a cidade e ressalta o valor da produção arquitetônica construída no interior do nordeste brasileiro.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 17.606, de 17 de Janeiro de 1945**. Autoriza o cidadão braileiro Lauro Cordeiro Brandão a pesquisar opala no município de Pedro II, do Estado do Piauí. Coleção de Leis do Brasil - 1945 , Página 76 Vol. 2.

BRASIL. **Decreto nº 79618 de 29 de abril de 1977 / PE - Poder Executivo Federal**. Concede a EMIBRA - Empresa de Minérios Brasil Norte - Nordeste LTDA., o direito de lavrar opala no município de Pedro II, estado do Piauí. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/4/1977, (Publicação Original).

CASTRO, Chico. **Coluna Prestes no Piauí**. 2.ed. Brasília, DF. Senado Federal, 2008, 257p.

BRITO, Pedro Henrique Tajra Hidd Pearce. **Arquitetura e Urbanismo do Período Colonial na cidade de Pedro II (PI)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. 2014

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220790#>> Acesso em: 14 jun. 2019.

LIMA, Ernâni Gentirana de. **Lendas da cidade de Pedro II**. 3. ed. (revista e ampliada). Teresina: Halley, 2009. 73p.: il.

MARQUES, Tiago Feitosa. **Plano de Requalificação Urbana do Centro Histórico de Pedro II-PI**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Piauí. 2021.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v.